

ACORDO PODE SAIR HOJE

Mais de 600 bancos já aderiram

15 MAR 1993

O Brasil pode obter hoje, antes do prazo, o número mínimo de adesões dos bancos necessário fechar o acordo de reestruturação de parte da dívida externa. William Rhodes, o vice-presidente do Citibank que supervisiona os trabalhos do comitê de bancos credores, não descarta a possibilidade de conseguir, até o final do dia, a adesão de um número suficiente de bancos para alcançar o mínimo de 95% dos US\$ 44 bilhões envolvidos na renegociação.

Segundo Rhodes, até a última sexta-feira número superior a 600 bancos, representando "mais de 85%" da dívida em jogo, haviam aderido ao acordo. "Estamos trabalhando para chegar ao número mínimo até o fim do expediente desta segunda-feira. Os bancos querem resolver esse assunto e creio que o Brasil também quer." O incentivo imediato para os bancos é o pagamento de mais uma parcela de juros atrasados, relativa ao primeiro semestre do ano passado.

O negociador da dívida, Pedro Malan, está convencido de que, se não acontecer hoje, a primeira etapa da venda do acordo será com-

pletada nos próximos dias, o mais tardar até a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Hamburgo, no fim do mês. "Estamos trabalhando e continuaremos a trabalhar com os bancos num espírito de cooperação", disse Malan.

O negociador da dívida e os executivos que representam o comitê dos credores reúnem-se nos próximos dias para combinar os novos passos da complexa operação necessária à efetivação do acordo. Em renegociações passadas, a obtenção do número mínimo de adesões marcou o fechamento para valer dos acordos.

A recente troca do ministro da Fazenda e as novas incertezas que ela trouxe sobre o futuro da política econômica brasileira não facilitarão a conversa. Por trás de tudo, a grande pergunta é se e quando o Brasil chegará a um acordo com o FMI. O acordo é importante porque ajudaria o governo a financiar a compra dos títulos de longo prazo do Tesouro dos Estados Unidos, que prometeu entregar aos bancos como garantia de pagamento da dívida renegociada.

Paulo Sotero, de Washington